

JORNADA DE TRABALHO: o exemplo europeu

Fernando Augusto M. de Mattos

RESUMO

Este artigo avalia o papel da redução das jornadas de trabalho sobre as trajetórias de desemprego da Europa desde o pós-guerra. Os resultados apresentados mostram que, durante os Anos Dourados do capitalismo, a redução das jornadas de trabalho foi muito importante para a manutenção de baixas taxas de desemprego nos principais países europeus. A desaceleração da redução das jornadas de trabalho, ocorrida especialmente a partir da década de 1980, explica grande parte da ampliação das taxas de desemprego vigentes nas economias européias desde então.

INTRODUÇÃO

A recente implementação da Lei das 35 horas semanais de trabalho na França, ao mesmo tempo em que a economia francesa retoma uma trajetória de crescimento com queda acelerada do desemprego, tem estimulado, não somente naquele país, mas também em toda a Europa (cujos principais países também têm percebido, nos anos mais recentes, uma significativa queda do desemprego), o debate a respeito do papel que a redução da jornada de trabalho pode desempenhar na redução do desemprego.

O objetivo deste artigo é avaliar a contribuição da redução das jornadas de trabalho dos países europeus na trajetória da taxa de desemprego desde os anos 60 até o presente. O caso americano será analisado como contraponto ao exemplo dos países europeus. Através de um exercício de decomposição da taxa de desemprego, pretende-se avaliar diversos elementos que determinam os resultados da evolução da taxa de desemprego nos mercados de trabalho dos principais países europeus (e dos EUA), destacando a contribuição da jornada de trabalho para esses resultados. Na primeira parte do estudo, realizar-se-á uma contextualização histórica dos determinantes da redução da jornada de trabalho desde o pós-guerra. Na segunda parte, faremos breves comentários a respeito das alterações de ordem macroeconômica e nas estratégias das empresas que provocaram o aumento do desemprego a partir dos anos 70 na Europa. Na terceira parte, a mais importante, serão apresentados e analisados os resultados do exercício de decomposição da taxa de desemprego. Ao final, serão feitos alguns comentários a título de conclusão.

1 ALTERAÇÕES MACROECONÔMICAS DO PÓS-GUERRA E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A trajetória de redução das jornadas de trabalho tem sido contínua na Europa há mais de um século. Durante o período pós-segunda guerra mundial, especialmente enquanto o capitalismo vivia sua Era Dourada (1948-1973), a redução da jornada foi significativa, conforme mostra a tabela 1. Também nos EUA a redução da jornada de trabalho foi expressiva, tendo se revertido durante a década de 80. Na Europa, porém, a jornada de trabalho continuou a se reduzir nas décadas de 80 e de 90, embora a taxas cada vez menores.

Tabela 1
Evolução da
jornada média
de trabalho
anual por
trabalhador
Valores em
horas
EUA e países
europeus
selecionados

Países					Redução da jornada de trabalho (em %) (*)		
	1960	1973	1983	1998	1973-1960	1983-1973	1998-1983
Alemanha	2156	1868	1724	1580	1.1	0.6	0.7
França	2069	1904	1711	1630	0.6	0.8	0.4
Itália	2086	1888	1764	1720	0.8	0.5	0.2
Reino Unido	2137	1930	1719	1737	0.8	0.9	-0.1
União Européia	2138	1919	1736	1656	0.8	0.8	0.4
EUA	2002	1925	1882	1957	0.3	0.2	-0.3

Fonte: OCDE.

(*) taxa média anual
de redução da
jornada de trabalho
por período.

A rápida redução das jornadas de trabalho nos principais países capitalistas, durante os Anos Dourados, foi garantida por recorrentes mudanças na legislação que regulava a extensão das jornadas de trabalho exercidas pelos trabalhadores de jornada integral. As convenções coletivas de trabalho e os acordos setoriais podiam (e freqüentemente de fato o faziam) implementar jornadas ainda menores do que a jornada legal, reforçando conquistas garantidas por lei. A redução adicional da jornada podia ser feita através de redução da jornada semanal de trabalho e/ou de ampliação do período de férias pagas.

Em contexto de crescimento sem precedentes na produção, a ampliação do volume total de horas trabalhadas nas respectivas economias, ocorrida ao lado da redução da jornada média de trabalho, promovia uma rápida reprodução de novos postos de trabalho, reduzindo drasticamente as altas taxas de desemprego que haviam

vigorado no imediato pós-guerra.

A redução da jornada média de trabalho devia-se à redução da jornada legal dos trabalhadores de tempo-integral – que representava a norma das contratações nos mercados de trabalho europeus. Nos anos 50 e 60, o trabalho em tempo parcial ocorria apenas em setores peculiares da atividade produtiva ou dos serviços públicos. Nessas décadas, ocorreu apenas uma modesta ampliação das ocupações em tempo-parcial, que se deveu a motivos específicos. Segundo Marshall (1989), a origem da expansão dessa forma de ocupação esteve relacionada à relativa escassez de oferta de mão-de-obra do início dos anos 60 e à necessidade de atrair as mulheres (especialmente as casadas) para a força de trabalho. Ou seja, a ampliação do emprego de tempo-parcial ocorreu *pari passu* com a expansão da taxa de participação feminina e, no período de expansão acelerada da atividade produtiva (Anos Dourados), significou uma ampliação de oportunidades para mulheres que desejavam ingressar no mercado de trabalho. A dinâmica da modesta expansão do emprego em tempo-parcial nos anos 60 foi, portanto, um fenômeno fundado, em boa medida, nas mudanças comportamentais e sociais que ocorreram nas sociedades ocidentais no período em questão e representou uma oportunidade de inclusão social para um expressivo grupo de pessoas que se encontravam até então alijadas do mercado de trabalho. Dessa forma, a redução da jornada média de trabalho efetuada pelo conjunto de ocupados esteve determinada não pela ampliação do peso do emprego de tempo-parcial, mas principalmente pelas conquistas dos trabalhadores e de seus sindicatos, obtidas através da redução da jornada de trabalho regular definida para o trabalho em tempo integral.

A partir dos anos 80, porém, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento do desemprego e a crescente resistência, por parte das empresas, em aceitar a repartição do produto social na forma como havia sido definida durante os Anos Dourados, marcaram o início de um período em que a jornada de trabalho regular, nos diversos países, passou a encontrar obstáculos cada vez mais concretos para continuar a reduzir-se. Nesse contexto, o recurso ao trabalho em tempo-parcial passou a fazer parte da estratégia de redução de custos do setor privado e também do setor público.

Contribuição do tempo-parcial para a redução da jornada de trabalho Países selecionados 1979/1987 e 1987-1995

	1979-1987		1987-1995	
	Duração (*)	TP%	Duração (*)	TP%
Alemanha	-5.8	26.1	-4.9	27.0
Espanha	-9.0	4.4	-1.4	81.0
França	-7.4	14.7	-2.4	81.3
Itália	-2.6	-7.4	-1.3	38.2
Holanda	-8.2	82.2	-5.5	100.6
Reino Unido	-3.2	101.0	-1.5	179.9
Suécia	1.3	96.9	5.0	3.2
Europa (**)	-5.3	29.6	-2.7	59.8

Fonte: OCDE, apud Husson (1998).
 (*)variação da jornada de trabalho anual no período, em %.
 (**)conjunto dos países examinados.
 TP%: contribuição do tempo-parcial para a redução verificada.

Ainda nos anos 70, porém, apesar da já crescente resistência do setor empresarial, a jornada legal de trabalho continuou a diminuir na maioria dos países europeus ocidentais (tabela 1). Na década de 90, entretanto, a redução verificada na jornada média de trabalho efetuada pelo contingente de ocupados deveu-se principalmente à ampliação do peso dos empregos de tempo-parcial no conjunto da ocupação desses países, conforme mostra a tabela 2, e não a uma redução da jornada legal exercida pelos trabalhadores ocupados em tempo-integral. Em alguns países, a redução da jornada média de trabalho deveu-se inteiramente à forte expansão do peso do emprego em tempo-parcial no conjunto dos ocupados entre o final da década de 80 e a primeira metade da década de 90.

1 O CRESCIMENTO DO DESEMPREGO A PARTIR DOS ANOS 70: alguns comentários sobre a influência da política econômica e das estratégias das empresas

A alta instabilidade econômica gerada pelas contradições da ordem financeira internacional deflagradas no início dos anos 70 promoveu a ruptura da trajetória de

crescimento econômico sustentado que havia sido observada nas duas décadas anteriores.

O acirramento da concorrência internacional, a demanda interna fraca e as mudanças ocorridas na ordem financeira mundial criaram um ambiente em que a redução de custos e a ampliação da produtividade surgem como fatores decisivos para a recuperação da rentabilidade das grandes empresas. Os esforços de redução de custos e de ampliação da produtividade são feitos, notadamente, através do binômio inovação produtiva-inovação organizacional. No caso das inovações produtivas, buscava-se ampliar a incorporação de novos equipamentos de alto teor tecnológico e de uso flexível, com o intuito de tornar também mais flexível o uso da mão-de-obra remanescente nas plantas produtivas e de ampliar os ganhos em produtividade através de tecnologias altamente poupadoras de mão-de-obra.

Esse processo de reestruturação produtiva vem acoplado a processos recorrentes de inovações organizacionais, que se baseiam em dois fatores principais: a redução das escalas hierárquicas na estrutura ocupacional das empresas e a ampliação das possibilidades de uso mais flexível da mão-de-obra. As inovações organizacionais em curso desde pelo menos os anos 80 atendem a diversos objetivos, entre os quais se destacam a flexibilização do uso do trabalho e a quebra das relações anteriores de contratação de mão-de-obra. A “reengenharia” exige que a ela venha associada uma mudança na gestão da jornada de trabalho (Dedecca, 1997), de tal forma que se possa utilizar de forma mais flexível a mão-de-obra, com o intuito de reduzir os tempos mortos de trabalho pago e os custos com mão-de-obra. Dessa maneira, as empresas, muitas vezes com o consentimento dos sindicatos (cada vez mais fragilizados, em cenário de aumento do desemprego e de ampliação da mobilidade do capital), passam a definir jornadas de trabalho de extensão flexível, com o objetivo de ajustar mais facilmente o estoque de trabalhadores e de horas de trabalho às oscilações sazonais ou conjunturais da demanda. Assim, as empresas passam a diminuir total ou parcialmente o pagamento de horas-extras, bem como a necessidade de contratação de trabalhadores adicionais em períodos de pico da produção. Tais estratégias, por um lado, redefinem as condições em que evoluem as jornadas de trabalho e, por outro lado, se somam aos fatores macroeconômicos que haviam detonado o aumento do desemprego a partir dos anos 70.

A partir da recessão do início dos anos 80, alteram-se decididamente os preceitos ideológicos sob os quais são conduzidas as políticas macroeconômicas dos

principais países capitalistas. A anterior hegemonia keynesiana é substituída pela ortodoxia liberal e, sob o novo contexto ideológico, o objetivo de controlar a inflação foi sendo colocado à frente dos demais objetivos que haviam sido definidos pela maior parte dos formuladores de políticas econômicas durante os anos 70, quais sejam, os de retomada do crescimento econômico e de reversão das trajetórias ascendentes das taxas de desemprego. Galbraith(1996) resume as motivações que têm estado presentes nas decisões e estratégias escolhidas pelas autoridades econômicas a partir dos anos 80, contrastando com o pensamento hegemônico reinante durante os Anos Dourados: “Em épocas mais recentes (...) tem ocorrido uma significativa mudança na preferência entre inflação e desemprego. Anteriormente o desemprego era o temor que norteava a política econômica, o pleno emprego representava o indicador mais importante do desempenho econômico (...) Mas a realidade é que agora é a inflação que é considerada pela parcela mais influente da política moderna como a ameaça central da boa performance econômica; preços estáveis representam o objetivo dominante. O desemprego, segundo esta visão, tornou-se um instrumento de estabilização de preços. Isto reflete uma nova realidade, não freqüentemente revelada de forma explícita, mas visivelmente, até de forma ostensiva, presente” (Galbraith, 1996, p.44/5).

TABELA 3
Taxas médias
anuais de
desemprego por
período
1921-1996

	% da popul. ativa total								
Países	1921-1929	1930-1938	1950-1959	1960-1967	1968-1973	1974-1979	1980-1983	1984-1989	1990-1996
EUA	5,1	14,5	4,5	5,0	4,6	6,7	8,4	6,4	6,3
ALEMANHA	9,2	21,8	4,9	0,8	0,8	3,2	5,2	6,5	6,7
FRANÇA	3,8	10,2	1,8	1,5	2,6	4,5	7,5	10,0	11,0
INGLATERRA(*)	8,3	11,7	1,4	1,5	2,4	5,0	10,0	10,0	9,0
ITÁLIA	3,3	9,6	10,1	4,9	5,7	6,6	8,1	10,4	10,4
Com. Européia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,4	4,9	8,6	10,3	10,9(**)

Fonte: Até 1959, Newell e Symons (1990); de 1960 a 1973, OCDE (1991) (apud Mattoso (1995)); de 1974 a 1989, OCDE Historical Statistics (1991); de 1990 em diante, OECD (1998), pág. 246 (taxas de desemprego)

Padronizadas, para ficar comparável com dados do período anterior, que se refere ao Labor Force Statistics).

(*) a partir de 1968, dados são do Reino Unido.

(**)refere-se à União Européia, apenas no período de 1993 a 1996.

O aumento das taxas de desemprego representa a ruptura do padrão de acumulação que havia sido construído durante os Anos Dourados. A partir de meados da década de 70, as taxas de desemprego já apontavam uma mudança de patamar em relação aos patamares vigentes nas décadas de 50 e de 60 (tabela 3). Na década de 80, as taxas de desemprego colocam-se em níveis ainda mais elevados, situação que se agrava ainda mais durante a década de 90. Em alguns países, a taxa de desemprego supera até mesmo aquelas que haviam vigorado durante a Grande Depressão dos anos 30 (tabela 3).

O comportamento das taxas de desemprego nas últimas décadas torna necessária uma análise dos fatores que explicam a evolução das mesmas - tarefa que será realizada através de um exercício de decomposição da taxa de desemprego por períodos. Para cumprir os objetivos deste artigo, incluiremos, entre os fatores de decomposição escolhidos, as alterações das jornadas de trabalho em diferentes períodos desde o pós-guerra.

3- ESTUDOS DOS COMPONENTES DA TAXA DE DESEMPREGO: o papel da jornada de trabalho

A decomposição da taxa de desemprego pode ser feita da seguinte forma, partindo-se da própria definição de desemprego:

$$\text{TD} = (\text{PEA} - \text{N})/\text{PEA} \text{ ou } 1 - \text{TD} = \text{N}/\text{PEA} \text{ (equação 1).}$$

O emprego se deduz pela relação entre o PIB e a produtividade do trabalho. Esta produtividade pode ser transformada em produtividade horária, se decomposta pela duração da jornada de trabalho. Assim, pode-se afirmar, inicialmente, que $\text{N} = \text{PIB}/\text{PROD}$ e que $\text{PROD} = \text{PRODH} * \text{DAT}$, onde:

N= emprego;

PROD= produtividade do trabalho;

PROH= produtividade horária do trabalho;

DAT= duração da jornada de trabalho (em horas anuais).

Além disso, pode-se decompor a PEA (população economicamente ativa) em $\text{TP} * \text{POPIA}$, sendo TP= taxa de participação e POPIA =população em idade ativa (nos dados da OCDE, toda a população entre 15 e 64 anos de idade). Desta forma, reagrupando a equação (1) definida acima, teremos:

$$1-TD=N/PEA=\frac{PIB}{(PRODH*DAT)}$$

$$TP*POPIA$$

Do que decorre que se pode aproximadamente exprimir a variação anual da taxa de desemprego em função destes componentes, ou seja: a variação anual da taxa de desemprego (em pontos percentuais) é resultado da soma da taxa de crescimento anual da produtividade horária do trabalho, da taxa de crescimento da duração anual do trabalho, da taxa de crescimento anual da população em idade ativa, da taxa de crescimento anual da taxa de participação, descontadas da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano. Em outras palavras, o aumento da produtividade horária do trabalho, da duração da jornada anual de trabalho, da população em idade ativa e da taxa de participação do mercado de trabalho atuam a favor de um aumento da taxa de desemprego, enquanto o aumento da produção (PIB) favorece a redução da taxa de desemprego.

As tabelas que se seguem mostram como têm evoluído esses indicadores em diferentes períodos. Os dados estão apresentados como taxa de variação anual média por período (em percentuais).

Tabela 4
Taxas
média de
variação
anual dos
compone
ntes da
taxa de
desempr
ego (em
%)
1960/197
3

Países	1960-1973							
	Taxa de	Taxa de	Var. anual	Produtividade	Jornada	População	Taxa de	PIB
	desemprego em 1960	desemprego em 1973	média da taxa Desemprego	Horária do Trabalho	De Trabalho	em idade ativa (15 a 64 anos)	participação (***)	
Alemanha	1.0	1.0	0.00	5.2	-1.1	0.4	-0.1	4.4
França (1)	1.5	2.7	0.09	5.1	-0.7	0.9	0.1	5.2
Itália	4.2	4.7	0.04	6.5	-0.8	0.6	-1.0	5.2
R. Unido	1.4	2.1	0.05	4.0	-0.8	0.2	-0.1	3.2
EUA	5.5	4.9	-0.05	2.6	-0.3	1.7	0.3	4.3
Euro11 (*)	2.4	2.6	0.01	5.3	-1.1	0.5	0.1	4.8
Euro4 (**)	1.7	2.5	0.06	5.1	-0.8	0.4	-0.2	4.4

Fonte: CD-
OCDE
Statistical
Compendium
(1991/1).
Elaboração
própria.

(*)
Comunidade
Européia
menos Reino
Unido, Suécia,
Dinamarca e
Grécia (entre
1965 e 1973).
(**)os quatro
países mais
importantes
da Europa:
Alemanha,
França, Itália
e Reino Unido
(entre 1965 e
1973).
(***)definida
como a
relação entre
a força de
trabalho e a
população em
idade ativa (15
a 64 anos).
(1) os dados
da França
iniciam-se em
1965.

No período 1960-1973 (tabela 4), a taxa de desemprego praticamente manteve-se inalterada nos países e nos dois agregados europeus considerados. Na Europa, os ganhos médios anuais da produtividade horária do trabalho foram superiores à variação média anual do PIB. Entretanto, as taxas de desemprego não aumentaram pois a redução da jornada anual de trabalho foi maior do que o aumento da população em idade ativa. As taxas de participação não se alteraram expressivamente, exceto no caso italiano. Nos EUA, apesar do expressivo aumento da população em idade ativa, não ocorre aumento do desemprego, pois os ganhos de produtividade são bastante inferiores ao aumento da produção e, então, a entrada de um maior número de pessoas no mercado de trabalho é quase totalmente absorvida pelo aumento da demanda no mercado de trabalho. A redução da jornada de trabalho nos EUA foi bem menos expressiva do que na Europa, mas a taxa de desemprego americana teve comportamento semelhante à européia devido à elevada diferença entre a produção e a produtividade nos EUA (em favor da primeira).

No período 1973-1982 (tabela 5), inicia-se um período de aumento das taxas de desemprego na Europa. O período ficou marcado pela forte redução das taxas de crescimento do PIB. Além do mais, as economias européias ainda continuaram a conviver com taxas de crescimento da produtividade maiores que da produção. Continuou a ocorrer redução importante da jornada de trabalho, mas o crescimento da população em idade ativa foi maior do que na década de 60, 'anulando' os efeitos positivos da redução da jornada, com o que as taxas de desemprego aumentaram, em média, cerca de 0,6 ponto percentual por ano entre 1973 e 1982 na Europa. De qualquer forma, apesar de ter ocorrido um crescimento da população superior ao que ocorrera no período 1960-1973, o aumento do desemprego no período 1973-1982

deveu-se menos a fatores demográficos do que ao desempenho medíocre das taxas de crescimento (que foram mais de duas vezes inferiores às do período anterior).

Nos EUA, o crescimento da produção foi superior aos ganhos modestos de produtividade, mas a taxa de desemprego aumentou pois seu mercado de trabalho sentiu o ingresso de expressivos contingentes de novos trabalhadores, que não foram totalmente absorvidos já que o PIB cresceu relativamente pouco (tabela 5).

Tabela 5
Taxas
média de
variação
anual dos
componentes
da
taxa de
desemprego
(em
%)
1973-
1982

Países	1973- 1982							
	Taxa de Desemprego em 1973	Taxa de desemprego em 1982	Var. anual média da taxa desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de Participação (***)	PIB
Alemanha	1.0	6.4	0.60	2.7	-0.9	0.7	-0.2	1.6
França	2.7	8.0	0.59	3.3	-1.1	0.9	0.0	2.5
Itália	4.7	6.9	0.25	2.8	-0.7	0.7	0.3	2.8
R. Unido	2.1	10.4	0.93	2.6	-1.2	0.4	0.0	0.8
EUA	4.9	9.7	0.54	0.5	-0.4	1.6	0.8	1.9
Euro11 (*)	2.6	8.3	0.64	3.1	-1.0	0.9	-0.1	2.1
Euro4 (**)	2.5	8.0	0.61	2.9	-1.0	0.7	0.0	1.9

Fonte: CD-
OCDE
Statistical
Compendium
(1991/1).
Elaboração
própria.
(*)
Comunidade
Europeia
menos Reino
Unido, Suécia,
Dinamarca e
Grécia;
(**) os quatro
países mais
importantes
da Europa:
Alemanha,
França, Itália
e Reino
Unido..
(***) definida
como a
relação entre
a força de
trabalho e a
população em
idade ativa (15
a 64 anos).

Entre 1980 e 1990 (tabela 6), houve crescimento das taxas de desemprego na Europa (exceto no caso da Grã-Bretanha). As taxas de crescimento da produtividade

continuaram a superar as de crescimento do PIB, reproduzindo-se, também no caso dos demais indicadores, o mesmo padrão da década anterior. A exceção britânica se explica especialmente pelo fato de que sua produção cresceu mais do que nos demais países europeus e sua produtividade cresceu um pouco menos. Nos EUA, entretanto, foi nítida a mudança em comparação com a década anterior. Seu PIB cresceu mais do que nos países europeus (meio ponto percentual por ano a mais do que a Europa dos 11) e sua produtividade teve desempenho fraco, o que permitiu criar uma tal quantidade de ocupações que promoveu a redução do desemprego - apesar do inusitado aumento da jornada.

A redução da jornada de trabalho na Europa (dos 11 e dos 4) foi duas vezes menor do que a do período 1973-1982. Tal fato teve peso importante para o aumento da taxa de desemprego. Na verdade, o desemprego havia aumentado bastante durante a recessão do início dos anos 80, mas continuou a aumentar entre 1982 e 1990 (especialmente na França e na Itália), conforme se nota avaliando conjuntamente as tabelas 5 e 6. Comparando-se a evolução dos indicadores do período 1973-1982 com os do período 1980-1990, verifica-se que a taxa de participação e a taxa de aumento da população não apresentaram diferença digna de nota nos agregados europeus. O fato distintivo do período 1980-1990, em relação ao período anteriormente analisado, foi a desaceleração significativa da redução da jornada de trabalho - que constituiu o fator mais importante para explicar a continuação do aumento do desemprego durante a década de 80.

Tabela 6

Taxas
média de
variação
anual dos
compone
ntes da
taxa de
desempr
ego (em
)
1980/199
0

Países	1980-1990							
	Taxa de desemprego em 1980	Taxa de desemprego em 1990	Var. anual média da taxa Desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação (***)	PIB
Alemanha	3.2	6.2	0.4	2.4	-0.6	0.7	0.1	2.2
França	6.2	8.9	0.3	2.9	-0.8	0.9	-0.3	2.4
Itália	5.6	9.1	0.4	2.4	-0.3	0.7	-0.2	2.2
R. Unido	6.1	5.9	0.0	2.0	0.0	0.4	0.3	2.7

EUA	7.2	5.6	-0.2	0.7	0.3	0.9	0.8	2.9
Euro11 (*)	5.7	8.6	0.4	2.5	-0.5	0.8	-0.1	2.4
Euro4 (**)	5.2	7.3	0.3	2.4	-0.5	0.7	0.0	2.4

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1).
Elaboração própria.
(*) Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia;
(**) os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido..
(***) definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

No período 1990-1998 (tabela 7), houve novo e expressivo salto no patamar do desemprego dos países europeus (novamente com exceção do Reino Unido). Assim como no período anterior, o fraco desempenho do PIB e a nova desaceleração da jornada de trabalho são os fatores decisivos para a continuação do crescimento da taxa de desemprego.

O caso americano é de novo nitidamente diferente dos países europeus. Os EUA continuaram tendo crescimento do PIB maior do que a Europa, e mantiveram o ritmo modesto de expansão da produtividade. Apesar de ter tido aumento da jornada de trabalho e também um aumento não desprezível da população, foi possível ao mercado de trabalho americano absorver os novos entrantes em seu mercado de trabalho em proporção suficiente para promover uma redução média anual de cerca de 0,1 ponto percentual de sua taxa de desemprego no período 1990-1998.

A vantagem de cerca de 0,5 ponto percentual por ano no aumento da produção americana, comparada com o caso europeu, explica a redução do desemprego nesse país, enquanto o desemprego aumentava na Europa. No acumulado do período 1990-1998, a economia americana criou quase 12,5 milhões de novos postos de trabalho (tabela 8). Se tivesse crescido apenas à taxa de 2,1% ao ano, como os europeus, teria tido um aumento anual médio de cerca de 0,4 ponto percentual de sua taxa de desemprego - o mesmo resultado dos europeus (tabela 7). Portanto, a vantagem americana em relação aos europeus, em termos de criação de empregos, deveu-se especialmente ao seu maior crescimento econômico, que resultou da forma como os EUA passaram a exercer sua liderança internacional sob a ordem econômica mundial

vigente desde os anos 80 (Overbeek e van der Pijl, 1993).

Tabela 7

Taxas
média de
variação
anual dos
componentes
da taxa
de
desemprego
(em %)
1990/1998

Países	1990-1998							
	Taxa de desemprego em 1990	Taxa de desemprego em 1998	Var. anual média da taxa de desemprego	Produtividade Horária do Trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de Participação (***)	PIB
Alemanha	6.7	11.2	0.7	3.0	-0.4	0.2	-0.5	1.6
França	8.9	11.8	0.4	1.8	-0.3	0.3	0.2	1.6
Itália	9.1	12.2	0.4	1.8	-0.1	0.1	-0.2	1.2
R. Unido	5.9	6.5	0.1	2.3	-0.2	0.3	-0.2	2.1
EUA	5.6	4.5	-0.1	1.3	0.1	1.0	0.2	2.6
Euro11 (*)	8.6	11.7	0.4	2.4	-0.3	0.3	-0.1	2.1
Euro4 (**)	7.3	10.4	0.4	2.4	-0.3	0.2	-0.1	2.0

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1).
Elaboração própria.
(*) Comunidade Europeia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia;
(**) Os Quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido..
(***) Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).
Dados da Alemanha e do Euro 4 estão expurgados dos efeitos da Unificação alemã.

Tabela 8

Total de ocupados e total de desempregados
EUA e países europeus selecionados
1965-1983-1998

	Total de desempregados	Total de ocupados
	em milhares	

Países	1965	1973	1980	1983	1990	1998	1965	1973	1980	1983	1990	1998
Alemanha	26755	27066	26980	26251	28479	26762	147	273	889	2258	1883	3407
França	20097	21446	22007	21940	22648	22807	316	593	1466	1974	2203	3062
Itália	19555	19238	20732	20538	21020	20127	806	947	1223	1712	2111	2801
Reino Unido	25219	25095	25143	23769	27062	27030	339	531	1632	3013	1684	1872
Euro 4	91626	92845	94862	92498	99209	96726	1608	2344	5210	8957	7881	11142
EUA	71070	85051	99303	100822	118800	131272	3353	4360	7671	10694	7061	6260

Fonte: OCDE.
Elaboração
própria. (dados
de Alemanha e
do Euro 4 estão
expurgados dos
efeitos da
unificação
alemã.

A enorme vantagem dos americanos sobre os europeus, em termos de criação de empregos nos anos 90, ocorre a despeito do fato de sua jornada de trabalho ter aumentado no período, enquanto continuava a diminuir na Europa.

No que se refere aos países europeus, deve-se ressaltar que, se a jornada de trabalho tivesse continuado a se reduzir, nas décadas de 80 e 90, na mesma velocidade com que havia se reduzido durante os Anos Dourados (e ainda durante a década de 70), a taxa de desemprego herdada dos anos 70 poderia ter diminuído expressivamente ao longo das duas últimas décadas (supondo mantidos constantes os demais indicadores usados na decomposição do desemprego), e poderia estar, atualmente, em patamares semelhantes aos dos anos 50. É claro que esta suposição (“mantidos constantes os demais indicadores”) não pode ser tomada ao pé da letra, pois os fatores avaliados na decomposição das taxas de desemprego não atuam de forma independente. De qualquer forma, é inegável o potencial de criação de empregos que a redução da jornada de trabalho ostenta, conforme se pode avaliar de forma mais clara pelas informações contidas na tabela 9. Nessa tabela, avalia-se a trajetória do indicador de ‘volume de trabalho’, definido como o produto entre o total de ocupados e a jornada média anual por ocupado (informações publicadas pela OCDE).

A expansão do volume de horas trabalhadas pode ser decomposta, portanto, entre o volume de emprego e a extensão da jornada de trabalho. Ou seja, para um dado volume de trabalho criado pela economia (fator que depende do dinamismo de cada economia em cada ano), o número de trabalhadores ocupados será tão maior quanto mais reduzida for a extensão da jornada de trabalho realizada, em média, por cada um deles. A demanda por trabalho (medida em horas) vai depender, portanto, da expansão da demanda agregada e o nível de ocupação será função da demanda no mercado de trabalho e da extensão da jornada de trabalho. Os dados da tabela 9 mostram que, entre 1965 e 1980, houve uma redução do volume de horas trabalhadas no Euro 4, mas o emprego aumentou pois houve uma redução ainda maior da jornada

de trabalho. Entre 1980 e 1998, houve redução do volume de horas trabalhadas na Europa, acompanhada de redução um pouco maior da jornada de trabalho – o que resultou em pequena expansão do estoque de empregos. A expansão do emprego, entretanto, poderia ter sido ainda maior se não tivesse ocorrido uma significativa desaceleração do ritmo de redução da jornada de trabalho a partir da década de 80. Conforme já vimos acima, o ritmo de criação de empregos na Europa, a partir da década de 80, foi insuficiente para fazer a taxa de desemprego retornar aos patamares que ostentava antes da crise econômica deflagrada em meados da década de 70.

Se a jornada de trabalho tivesse se reduzido, entre 1980 e 1998, no agregado Euro 4, à mesma razão do período 1965-1980 (0,86% ao ano), para o mesmo volume de horas trabalhadas entre 1980 e 1998, o emprego teria crescido à taxa de 0,55% ao ano, ou seja, teriam sido criados cerca de 9,8 milhões de postos de trabalho (ver tabela 8), que teriam representado cerca de 8,0 milhões a mais do que o número de postos de trabalho que foram de fato criados entre 1980 e 1998 no conjunto das 4 principais economias européias nesse período (tabela 8). Se levarmos em conta que, nesse mesmo período, o aumento do número de desempregados foi de quase 6 milhões de pessoas, podemos perceber o papel que poderia ter desempenhado a manutenção, durante as duas décadas mais recentes, do mesmo ritmo da redução da jornada de trabalho ocorrida durante os Anos Dourados, nos 4 principais países europeus, para a redução da taxa de desemprego européia.

Tabela 9
Volume de
trabalho,
duração da
jornada de
trabalho e
emprego
1965-1980 e
1980-1998

Países	Volume de trabalho (*)			TVMA (em %)			TVMA (em %)		
				1965-1980			1980-1998		
	1965	1980	1998	Volume	Duração	Emprego	Volume	Duração	Emprego
Alemanha	54.74	47.16	42.28	-0.99	-1.05	0.06	-0.61	-0.56	-0.05
França	40.31	39.79	37.18	-0.09	-0.74	0.60	-0.38	-0.57	0.20
Itália	38.13	37.11	34.61	-0.18	-0.57	0.39	-0.39	-0.22	-0.16
R. Unido	52.18	44.5	46.95	-1.06	-1.04	-0.02	0.30	-0.10	0.40
Euro 4	185.63	168.56	160.18	-0.64	-0.86	0.23	-0.31	-0.42	0.11
EUA	142.14	186.69	256.37	1.83	-0.41	2.20	1.78	0.22	1.55

Fonte: OCDE (OCDE Statistical Compendium, 1991/1).
Elaboração própria.
(*) dado pelo produto entre a jornada média anual por ocupado e o total de ocupados (valores em bilhões de horas trabalhadas).
TVMA (em %): taxa de variação média anual (em %). Nota: dados da Alemanha e do Euro4 estão expurgados dos efeitos da Unificação alemã.

CONCLUSÕES

Os exercícios de decomposição apresentados neste trabalho revelam que a redução da jornada de trabalho teve papel decisivo na criação de empregos durante os Anos Dourados. A expansão do desemprego nos países europeus, a partir da década de 70, pode ser atribuída à desaceleração de suas respectivas taxas de crescimento econômico e também à redução do ritmo de diminuição das jornadas médias de trabalho nesses países.

O fator demográfico não teve papel importante para a expansão do desemprego na Europa. Na verdade, o ritmo de crescimento da população, nos países europeus, tem sido menor do que nas décadas em que as taxas de desemprego eram baixas e estáveis (anos 60). O que explica a expansão do desemprego na Europa é, por um lado, a dificuldade que essas economias têm tido para expandir seus respectivos produtos internos brutos desde a década de 80 e, por outro lado, a desaceleração da redução das jornadas de trabalho. O cenário macroeconômico adverso e a mudança das premissas em que passaram a se basear os formuladores das respectivas políticas macroeconômicas dos países europeus, especialmente depois que esses países foram compelidos a adotar uma política deflacionista como resposta ao redirecionamento da liquidez financeira mundial em favor dos EUA após meados da década de 80 (Tavares, 1998), foram fatores que se somaram para criar dificuldades crescentes ao movimento sindical para continuar a lutar pela redução das jornadas de

trabalho – colocando dificuldades adicionais para a redução do desemprego.

No início da década de 80 e durante a década de 90, o número de desempregados subiu de forma significativa nas economias européias (tabela 8). Na década de 80, as economias europeias enfrentaram enormes dificuldades para ajustar-se à nova (des)ordem internacional. Durante a década de 90, as rígidas metas macroeconômicas definidas para qualificar os países para a adesão à moeda única foram desfavoráveis à retomada do crescimento econômico dos europeus, com impacto imediato e intenso na expansão do desemprego (a situação começou a melhorar apenas a partir de 1998, com a retomada de trajetórias fortemente ascendentes do crescimento econômico na Europa).

O exercício realizado com dados da tabela 9 sugere que, se a jornada de trabalho tivesse continuado a se reduzir, após a década de 80, no mesmo ritmo em que havia se reduzido nas décadas anteriores, a taxa de desemprego européia estaria, nos anos 90, no mesmo patamar pré-crise econômica dos anos 70. É evidente que não estamos perdendo de vista que a desaceleração do ritmo de redução da jornada é resultado justamente do aumento do desemprego (e da conseqüente perda de poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores frente às empresas) e da falta de decisão política dos Estados Nacionais de continuar a determinar, por lei, reduções significativas da jornada legal de trabalho. De qualquer forma, o exercício realizado demonstra que a ordem de grandeza da redução do desemprego seria bastante expressiva se a jornada tivesse se reduzido, pelo menos, em ritmo próximo, nos últimos 20 anos, ao que ocorrera durante os Anos Dourados.

O melhor desempenho observado na geração de empregos da economia americana (e na redução de sua taxa de desemprego) deve ser atribuído especialmente ao fato de que essa economia tem sido a principal beneficiária das alterações ocorridas na ordem econômica internacional nestes últimos 20 anos - especialmente se medirmos a vantagem americana em termos de crescimento econômico comparado ao dos países europeus. A expansão do emprego nos EUA ocorre a despeito do aumento de sua jornada de trabalho a partir de meados da década de 70. Se a produção econômica americana tivessem crescido a taxas semelhantes às obtidas pelas economias européias nos últimos 20 anos, a taxa de desemprego dos EUA estaria hoje em patamares semelhantes (ou até mesmo superiores) aos vigentes nas principais economias européias. Além disso, uma característica estrutural marcante do mercado de trabalho americano, a baixa produtividade dos empregos criados, tem

permitido que a taxa de crescimento do emprego por unidade de produto seja alta. Nos EUA não se coloca a necessidade de reduzir a jornada para a criação de mais empregos, mesmo porque sua economia ostenta atualmente a mais baixa taxa de desemprego desde o pós-guerra. Mas seria desejável uma redução da jornada de trabalho, de qualquer forma, para melhorar a qualidade do trabalho e a qualidade de vida dos americanos.

Na Europa, por outro lado, a redução da jornada regular de trabalho continua sendo um importante instrumento de criação de empregos. A redução (modesta) da jornada de trabalho que tem sido verificada na década de 90 pode ser atribuída mais à deterioração das condições de inserção de expressiva parcela de seus ocupados nos respectivos mercados de trabalho nacionais (ou seja, ao aumento do peso do trabalho em tempo-parcial) do que a uma redução da jornada efetuada pelos trabalhadores regulares (de jornada de trabalho de tempo integral).

No momento atual, em que as economias européias estão voltando a adentrar uma trajetória de crescimento econômico, a redução legal da jornada de trabalho dos trabalhadores de jornada de tempo integral poderá servir como importante instrumento para ampliar o número de postos de trabalho que estão sendo criados pela retomada do nível de atividade nessas economias.

BIBLIOGRAFIA

- BOYER, R.. Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise. In: COMBEMALE, P. e PIRIOU, J. (org.), **Nouveau Manuel de Sciences Économiques et Sociales**. Paris: Ed. La Decouverte, 1995/1996. Cap.XVIII, p. 473-496.
- CHESNAIS, F. (1997). Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, Ed. Sette Letras, n.1, p. 7-34.
- DEDECCA, C.. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J. (org.) **Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. DEDECCA, C.. **Racionalização Econômica, Emprego e Relações de Trabalho no Capitalismo Avançado**. Campinas (SP): Instituto de Economia da UNICAMP, 1997. (Livre Docência).
- EPSTEIN, G. e GINTIS, H.. **Macroeconomic Policy after the Conservative Era**.

Cambridge: University Press, 1995

FREYSSINET, J. (1995). Emploi et chômage. In: COMBEMALE, P. e PIRIOU, J. (org.), **Nouveau Manuel de Sciences Économiques et Sociales**. Paris: Ed. La Decouverte, 1995/1996. Cap.XIX, p. 505-525.

FREYSSINET, J.. Durée du travail: réduction et/ou flexibilité?. **Chronique Internationale de l'IRES**, (54). Septembre, 1998. (a)

FREYSSINET, J.. Les négociations sur la flexibilité du temps de travail en Europe occidentale. **Chronique Internationale de l'IRES**, (Spécial, n. 54). Septembre, 1998. (b)

GALBRAITH, J.K.. **The Good Socceity: the humane agenda**. New York: Houghton Mifflin Company, 1996.

GILL, S.. Neo-Liberalism and the shift towards a US-centered transnational hegemony. In: OVERBEEK, H. (org.). **Restructuring Hegemony in the Global Political Economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s**. New York: Routledge, 1993.

GLYN, A.. Growth and equality since 1945: the role of the State in OCDE Economies. In: NAASTEPAD, C.W.M. e STORM, S. (org.) **The State and the Economic Process**. Centre for Development Planning. Erasmus University Rotterdam. Brookfield: Edwrad Elgar, 1996.

HUSSON, M.. Fim do trabalho ou redução de sua duração? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** (5). Rio de Janeiro: Sette Letras. Dez.1999.

HUSSON, M.. Le ralentissement de la réduction du temps de travail en Europe. **Chronique Internationale de l'IRES** (Spécial, n. 54). Septembre 1998.

MADDISON, A.. **The World Economy in the 20th Century**. Paris: OECD, 1980.

MADDISON, A . **Monitoring the World Economy: 1820-1992**. Paris, OCDE, 1995.

MARSHALL, A.. The sequel of unemployment: the changing role of part-time and temporary work in Western Europe. In: RODGERS, G. e RODGERS, J. (1989), op. cit.

MATTOS, F.A.M.. Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.92, ano 92, n.1. 1998.

OCDE. **Economic Outlook**. Paris: OCDE, vários números.

OVERBEEK, H. (org.).**Restructuring Hegemony in the Global Political Economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s**. New York: Routledge, 1993.

OVERBEEK, H. e PIJL, K. van der. Restructuring Capital and Restructuring

Hegemony: neo-liberalism and the unmaking of the post-war order. In: OVERBEEK, H. (org.), op. cit.

PUGLIESE, E.. **Sociologia della disoccupazione**. Bologna: Il Mulino. 1993.

RODGERS, G. e RODGERS, J.(org.). **Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe**. Genebra: ILS/ILO,1989.

TAVARES, M.C.. Ajuste e reestruturação nos países centrais. **Economia e Sociedade** (Revista do Instituto de Economia da UNICAMP), Campinas, (1), ago.1992.

TAVARES, M.C.. Globalização e Crescimento Desigual. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.92, ano 92, n.2. 1998.